

**ATA NÚMERO UM****PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA A ÁREA DE PRODUÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA.**

Ao trigésimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, reuniu o júri, por videoconferência, do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho para a carreira /categoria de Assistente Técnico do mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) para o exercício de funções no Departamento de Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema (ESTC) do IPL. A reunião realizou-se, sob a presidência do Professor Emídio Jorge Buchinho de Oliveira, Presidente da ESTC do IPL. Estiveram presentes os vogais efetivos: Professor Ciro Aprea, Vice-Presidente da ESTC do IPL e a Dra. Maria Carlos Galheto, Diretora de Serviços da ESTC do IPL e Dra. Rute Isabel Reis, Técnica Superior da área de Produção da ESTC do IPL.

Por despacho do Presidente do IPL de 15.06.2023, exarado na informação n.º 78/RH, que determinou a abertura do procedimento concursal, foi definido que nas suas faltas e impedimentos, o Presidente do júri será substituído pelo vogal efetivo Professor Ciro Aprea.

O Presidente do júri deu início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Fixação dos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção a utilizar;
2. Seleção dos temas a abordar na prova de conhecimentos e respetiva bibliografia;
3. Aprovação do Aviso de Abertura.

Relativamente ao ponto 1 ordem de trabalhos, de acordo com o disposto nos n.º 1 e 2 artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada e publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 17.º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro, e uma vez que o concurso é restrito a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, os métodos de seleção obrigatórios a aplicar, são os seguintes:

a) Prova de Conhecimentos: Aplica-se a candidatos que executem atividades diferentes das previstas para o posto de trabalho;

b) Avaliação Curricular: Aplica-se aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade.

Os candidatos que pretenderem podem afastar, mediante declaração escrita no ato de submissão da candidatura, a utilização deste método de seleção obrigatório;

Sendo a classificação final a Nota obtida no método de seleção "Prova de Conhecimentos" ou a Nota obtida no método de seleção "Avaliação Curricular".

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, ambos os métodos de seleção são avaliados numa escala de 0 a 20 valores.

Será considerado excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer um dos métodos de seleção ou que não compareça ao método de seleção definido.

Em situações de igualdade de valoração, serão observados os critérios de ordenação preferencial estipulados no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

O júri definiu para cada método de seleção os seguintes critérios de apreciação e ponderação dos fatores de avaliação:

- **Prova de Conhecimentos:** visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. A avaliação é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, arredondado, por excesso ou por defeito consoante o dígito das milésimas seja igual ou superior a 5 ou inferior a 5. O júri definiu que a prova de conhecimentos será teórica e escrita, tendo uma duração de noventa minutos e versará questões de carácter geral e específico do posto de trabalho.

De acordo com o disposto no regulamento aprovado em anexo ao Despacho n.º 5606/2006, de 9 de março, com a redação dada pelo Despacho n.º 2726/2010, publicado no Diário da República da 2.ª série, n.º 28 de 10 de fevereiro de 2010, a prova de conhecimentos será divulgada aquando da notificação dos candidatos para a realização do método de seleção. No dia da aplicação do método de seleção, em ato público, o júri promove o sorteio das questões objeto de resposta, nos termos do referido diploma.

Ficou definido que a prova terá dois grupos de questões:

- Grupo I – Enquadramento Geral - Questões de escolha múltipla (12 questões a sortear 4);
- Grupo II – Enquadramento Específico - Questões de desenvolvimento (3 questões a sortear 1).

A prova será elaborada de acordo com a seguinte estrutura e distribuição de valores, utilizando uma escala de 0 a 20 valores:

	Características das questões	Nº de questões	Pontuação de cada questão	Total
Grupo I	Escolha múltipla	12 a sortear 4	4 valores	16 valores
Grupo II	Desenvolvimento	3 a sortear 1	4 valores	4 valores

Em seguida o júri avançou para o ponto 2 da ordem de trabalhos, identificando os conteúdos a incluir no enquadramento geral e específico que irão constituir a Prova de Conhecimentos, e a respetiva bibliografia:

**Enquadramento geral:**

- a) Despacho Normativo n.º 20/2009, de 20 de maio - Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa;
- b) Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro - Regime Jurídico das Instituições (RJIES);
- c) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro - Código do Procedimento Administrativo;
- d) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- e) Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação – Lei do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

**Enquadramento específico:**

*Manual de Produção Cultural – Algumas Reflexões sobre o Tema, Coleção Teatro, INATEL, de Conceição Mendes.*

- **Avaliação Curricular:** visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar. A avaliação final é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, arredondado, por excesso ou por defeito consoante o dígito das milésimas seja igual ou superior a 5 ou inferior a 5. Esta classificação é obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a avaliar, que são atribuídas de acordo com o Anexo I.

Por fim, no ponto 3 da ordem de trabalhos, o júri aprovou o Aviso de abertura do procedimento concursal (Anexo II) e solicitou ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos do IPL, que proceda à sua publicação.

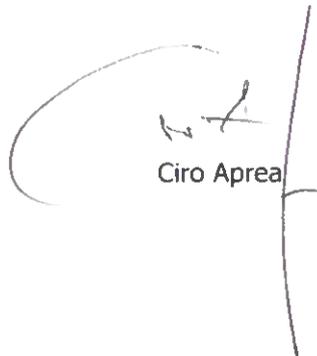
Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e para constar se lavra a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros do Júri.

O Presidente



Emídio Jorge Buchinho de Oliveira

Os Vogais Efetivos



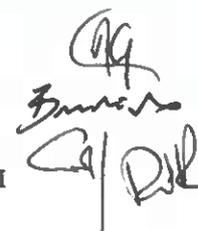
Ciro Aprea



Maria Carlos Galheto

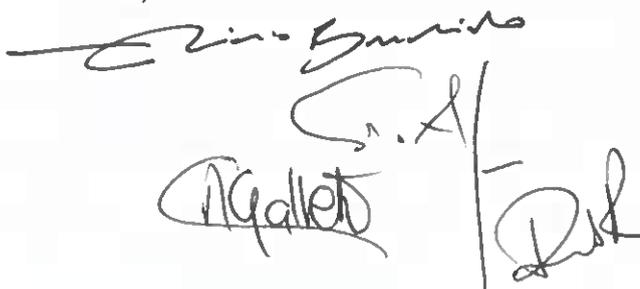


Rute Isabel Reis


**Ficha de Registo da Avaliação Curricular**

Item	Classificação	Fundamentação
HA - Habilitação Académica nas áreas postas a concurso - 20 pontos <ul style="list-style-type: none"> <li>• Titular 12º ano ou equivalente com média superior a 16 - 20 pontos</li> <li>• Titular 12º ano ou equivalente com média entre 13 a 15 - 14 pontos</li> <li>• Titular 12º ano ou equivalente com média entre 10 a 12 - 10 pontos</li> </ul>		
FA - Formação Profissional nos últimos 5 anos na área colocada a concurso - 20 pontos <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais de 141 horas de formação - 20 pontos</li> <li>• De 71 a 140 horas de formação - 15 pontos</li> <li>• De 7 a 70 horas de formação - 10 pontos</li> <li>• De 0 a 6 horas de formação - 0 pontos</li> </ul>		
EP - Experiência Profissional em instituições de ensino superior público - 20 valores <ul style="list-style-type: none"> <li>• Igual ou superior a 4 anos - 20 valores</li> <li>• Igual ou superior a 3 anos e menor que 4 anos - 18 valores</li> <li>• Igual ou superior a 2 anos e menor que 3 anos - 16 valores</li> <li>• Igual ou superior a 1 ano e menor que 2 anos - 14 valores</li> <li>• Menor que 1 ano - 10 valores</li> <li>• Sem experiência - 0 valores</li> </ul>		
AD - Avaliação de Desempenho - 20 Pontos <p>O resultado será obtido do coeficiente entre a classificação obtida nos dois últimos biénios, sendo que os pontos serão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Excelência - 20 pontos</li> <li>• Relevante - 15 pontos</li> <li>• Adequado - 10 pontos</li> <li>• Insuficiente - 0 pontos</li> </ul> <p>No caso de não ter avaliação de desempenho são atribuídos 10 pontos/ano</p>		
Soma do total dos fatores (n.º de itens avaliados)/4 <b>Total:</b>		

O Júri,



**Aviso****Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico para a Área de Produção do Instituto Politécnico de Lisboa.**

Nos termos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pelo artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que, por meu despacho de 15.06.2023, se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, da carreira e categoria de Assistente Técnico, para exercer funções no Departamento de Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema (ESTC), previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Lisboa, previsto para 2024.

**1-** Legislação aplicável - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, diploma que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante designada por LTFP), Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (LOE2024), e o Código do Procedimento Administrativo.

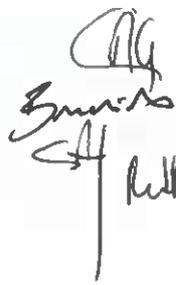
**2-** Para os efeitos previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, conjugado com o artigo 24.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, e após procedimento prévio, registado com o n.º 17941 a Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) emitiu, a 21.09.2024, a declaração de inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.

**3-** Conforme o previsto no n.º 5 do artigo 5.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, foi submetido o formulário "Reservas de Recrutamento", com o ID 5478. A Divisão de Recrutamento e Mobilidade da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, emitiu a 21.09.2024 a informação de que não tendo sido ainda realizado qualquer procedimento concursal centralizado ao abrigo do referido diploma, não existe, em reserva de recrutamento, qualquer candidato com o perfil adequado.

**4-** Âmbito do Recrutamento - O presente procedimento concursal é restrito a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 30.º da LTFP, contudo, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da LTFP, para efeitos de recrutamento serão observadas as seguintes prioridades:

1.ª - Trabalhadores em situação de valorização profissional.

2.ª - Restantes candidatos.



**5-** Local de Trabalho - Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) e/ou suas Unidades Orgânicas.

**6-** Caracterização do posto de trabalho a ocupar, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal do IPL previsto para 2024:

- Apoio ao planeamento e gestão das salas de aulas do Departamento de Teatro no que se refere à distribuição de docentes e discentes para a prossecução das atividades curriculares;

- Apoio ao planeamento dos horários dos ramos da Licenciatura e das especializações de Mestrado do curso de Teatro;

- Apoio a consultas a fornecedores para execução de PAD para eventuais aquisições do departamento;

- Acompanhamento dos seminários relativamente às datas em que se efetivam;

- Apoio na organização de armazéns, saídas e entradas de materiais;

- Apoio às aulas práticas de cenografia e de produção;

- Disponibilidade para outras necessidades que eventualmente ocorram.

**7-** Competências:

- **REALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS:** Capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos do serviço e as tarefas que lhe são distribuídas;

- **ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE TRABALHO:** Capacidade para organizar a sua atividade, definir prioridades e realizá-la de forma metódica;

- **ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO:** Capacidade para exercer a sua atividade respeitando os princípios éticos e valores do serviço público e do setor concreto em que se insere, prestando um serviço de qualidade;

- **TRABALHO DE EQUIPA E COOPERAÇÃO:** Capacidade para se integrar em equipas de trabalho de constituição variada e cooperar com os outros de forma ativa.

**8-** Requisitos de admissão: Conforme disposto no n.º 2 do artigo 14.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os candidatos devem reunir, até ao termo do prazo de entrega das candidaturas, os seguintes requisitos:

**8.1** - Requisitos gerais necessários ao exercício de funções públicas, conforme artigo 17.º da LTFP:

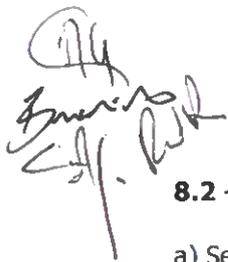
a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção Internacional ou Lei Especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício de funções que se propõe desempenhar;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.



**8.2 - Requisitos habilitacionais:**

a) Ser detentor do 12.º Ano de escolaridade, alínea *b)*, do n.º 1, do artigo 86.º da LTFP) ou estar integrado na carreira/categoria de Assistente Técnico;

**8.3 - Outros requisitos previstos no artigo 35.º da LTFP, nomeadamente:**

a) Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar diferente atribuição, competência ou atividade, do órgão ou serviço em causa;

b) Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar qualquer atribuição, competência ou atividade, de outro órgão ou serviço ou que se encontrem em situação de requalificação;

c) Trabalhadores integrados em outras carreiras.

**8.4 -** Nos termos da alínea *k)* do n.º 3 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

**9- Requisitos preferenciais:**

Conhecimentos de Informática na ótica do utilizador;

Facilidade de comunicação e de trabalhar em equipa;

**10-** Prazo de entrega das candidaturas - 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso em Diário da República.

**11-** Formalização da candidatura - a candidatura deverá ser formalizada através da plataforma de recrutamento disponível no sítio institucional do IPL, em <https://recrutamento.app.ipl.pt/> .

**11.1 -** A submissão da candidatura deverá integrar obrigatoriamente os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae* atualizado;

b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e da formação profissional;

c) Cópia do BI ou do Cartão do Cidadão (não é aplicável a exclusão por não apresentação do documento de identificação, mediante apresentação de documento alternativo, comprovativo dos requisitos necessários ao exercício de funções públicas, previstos nas alíneas *a)* e *b)* do ponto 8.1 do presente Aviso);

d) Os candidatos, para além dos elementos indicados no número anterior devem ainda entregar:

*i)* Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada e autenticada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público de que é titular, a carreira e categoria que detém, a

CAJ  
Em...  
CAJ  
p. Q...

antiguidade na carreira, na categoria e na função pública, bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos dois biénios;

ii) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada e autenticada, da qual conste a caracterização das atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, ou, sendo trabalhador em situação de valorização profissional, que por último ocupou.

**12-** O método de seleção é eliminatório de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro.

**12.1** - Os candidatos a executarem atividades diferentes das publicitadas, terão de realizar o seguinte método de seleção obrigatório:

a) Prova de Conhecimentos.

**12.2** - Os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, o método de seleção obrigatório a realizar, será o seguinte:

a) Avaliação Curricular.

**12.3** - Os candidatos referidos no n.º 12.2 podem afastar, mediante opção expressa na candidatura, a utilização deste método de seleção, optando pelos métodos de seleção obrigatório constantes do n.º 12.1 do presente aviso (conforme o n.º 3 do artigo 36.º da LTFP).

**12.4** - A prova de conhecimentos assumirá a forma escrita, incidindo sobre conhecimentos de natureza teórica, com a duração máxima de 90 minutos e de acordo com o disposto no regulamento aprovado em anexo ao Despacho n.º 5606/2006, de 9 de março, com a redação dada pelo Despacho n.º 2726/2010, publicado no Diário da República da 2.ª série, n.º 28 de 10 de fevereiro de 2010, será divulgada aquando da notificação dos candidatos para a realização do método de seleção. No dia da aplicação do método de seleção, em ato público, o júri promove o sorteio das questões objeto de resposta, nos termos do referido diploma. As questões incidirão sobre as seguintes temáticas:

**Enquadramento geral:**

a) Despacho Normativo n.º 20/2009, de 20 de maio - Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa;

b) Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro - Regime Jurídico das Instituições (RJIES);

c) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro - Código do Procedimento Administrativo;

- d) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- e) Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação – Lei do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

### **Enquadramento específico:**

*Manual de Produção Cultural – Algumas Reflexões sobre o Tema, Coleção Teatro, INATEL, de Conceição Mendes.*

**12.5** - Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 36.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri irá aplicar apenas o método de seleção obrigatório (Prova de conhecimentos ou Avaliação Curricular, nos termos dos pontos 12.1 e 12.2 do presente Aviso).

**12.6** - A ponderação do método de seleção é a seguinte:

a) Prova de Conhecimentos ou Avaliação Curricular – 100%

**12.7** - Notificações e forma de publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos – Os candidatos admitidos e excluídos serão notificados nos termos dos artigos 6.º, 16.º, 22.º e 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e do Código de Procedimento Administrativo.

**12.8** - Os candidatos admitidos serão convocados, com antecedência mínima de cinco dias úteis, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

**12.9** - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 23.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação no método de seleção aplicado, é efetuada por ordem decrescente das classificações quantitativas obtidas, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

**12.10** - Em situações de igualdade de valoração, serão observados os critérios de ordenação preferencial estipulados no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

**13-** A lista de ordenação final, após homologação será afixada nas instalações do Instituto Politécnico de Lisboa e disponibilizada na plataforma de Gestão de Processos de Recrutamento do IPL, disponível através de <https://recrutamento.app.ipl.pt/>, sendo ainda publicada, por extrato na 2ª série do Diário da República, conforme o disposto no n.º 4, do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

**14-** Constituição do Júri:

Presidente:

Presidente – Professor Doutor Emídio Buchinho, Presidente da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa.



Vogais efetivos – Professor Ciro Aprea, Vice-Presidente da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa; Dra. Maria Carlos Galheto, Diretora de Serviços da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa; Dra. Rute Isabel Reis, Técnica Superior da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa.

Vogais suplentes – Professor Francisco d'Orey Salgado, Professor Adjunto, da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa; Dra. Rute Isabel da Silva Fialho, Dirigente Intermédia de Grau 4 dos Serviços de Apoio Logístico, Apoio Geral e Manutenção da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa.

O Presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vogal efetivo Professor Ciro Aprea.

**15-** Remuneração base de referência - 922,47€, correspondente à 1.ª posição, nível 7, da tabela remuneratória única.

**16-** Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 01 de março e em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido e evitar toda e qualquer forma de discriminação.

**17-** Prazo de validade - O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a concurso e para os efeitos previstos nos n.ºs 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024. O Presidente do IPL - Professor Doutor Elmano da Fonseca Margato

